



“Estou absolutamente convencido de que a Convenção Nacional será um momento globalmente de festa e de celebração da eleição em que tivemos o melhor resultado de sempre.”

Aliás, tivemos na Convenção Estatutária uma discussão do programa político da IL, que mereceu a adesão de noventa e muitos por cento dos liberais. Do ponto de vista político há consistência grande, mas quem está num partido liberal tem liberdade de voto. Se não se revê no projeto, porque houve um resultado eleitoral que lhe desagradou, não é algo que eu possa resolver.

O único debate que fez com o outro candidato à liderança, Rui Malheiro, foi um mau pronúncio para a Convenção Nacional?

Não, estou absolutamente convencido de que a Convenção Nacional será um momento globalmente de festa para o partido, de celebração dos resultados, de ce-

lebração da eleição em que tivemos o melhor resultado de sempre, do crescimento permanente da IL, e do lançamento de mais um ciclo de crescimento e de clarificação. Uma clarificação também interna sobre como as pessoas veem o futuro do partido. Estou muito confiante. Obviamente haverá momentos de crítica. Isso faz parte, e nos liberais é ainda mais normal que a crítica exista.

Se a Convenção Nacional não correr como espera, e Rui Malheiro for eleito presidente da Comissão Executiva. Caso isso suceda, pode garantir que continuará no partido, e se manterá deputado na Assembleia da República?

“As críticas têm sido pouco construtivas, e dirigidas a aspetos que não são suportados em factos. É óbvio que dizer que a IL é irrelevante não é um ataque a mim, e sim ao partido.”

Posso garantir que é um cenário que não considero de todo. Não perdi um minuto da minha vida a pensar nesse cenário, mas devo dizer que se há significado profundo deste mandato, nos dois últimos anos, é o meu compromisso permanente e disponibilidade total para a IL. O partido sabe que este presidente esteve mais presente do que qualquer outro nos diversos pontos onde está representado.

Há dois anos, no encerramento da Convenção Nacional, apontou os 15% nas legislativas seguintes, disse que o PS estava “politicamente morto” e empenhou-se em acabar com o bipartidarismo, que disse “nefasto para Portugal”. Cumprindo-se o diagnóstico do fim do ciclo socialista, o que falhou para a IL ter tido um terço dos votos que pretendia e para ser o Chega a protagonizar o tripartidarismo?

É preciso considerar um conjunto de condições. Foram eleições muito complicadas para a IL.

As legislativas sucederam muito antes do que estava previsto.

Estávamos num momento ainda de afirmação da liderança, que tinha sido eleita há meses, num encurtamento muito grande do ciclo político. A IL sofreu as consequências do voto útil de quem considerava que era importante fazer uma mudança de ciclo, um voto que se dirigiu mais ao PSD, mas noutros casos numa dimensão de protesto. Estou absolutamente convencido que temos hoje muitos portugueses que se sentem algo lesados pelo voto que confiaram à AD e que não resolveu nenhum dos problemas que acreditavam que esta alternativa, ou alternância, poderia resolver. Esse resultado permite agora que a IL se afirme como uma verdadeira e única alterna-

tiva reformista, não só ao PS, que era a realidade já conhecida, mas também à AD, que tem demonstrado incapacidade de resolver os problemas essenciais do país.

Entre as críticas feitas pelo seu adversário, a que mais o irrita é a da “irrelevância política” da IL?

As críticas têm sido muito pouco construtivas, e dirigidas a aspetos que não são verdadeiros e não são suportados em factos. É óbvio que dizer que a IL é irrelevante não é um ataque a mim, e sim ao partido. As pessoas que estão nos núcleos territoriais sabem que todos os dias, em todo o país, são abordadas para integrar coligações, pois a IL tem hoje um peso que é determinante, mas pelos seus princípios e posição apresentar-se-á, sempre que possível, desejavelmente sempre, com os seus próprios candidatos. É um exemplo de como a crítica é pouco fundamentada, porque não só temos a relevância de haver tantas solicitações pelo país todo, como temos a capacidade de dizer que queremos ir sozinhos, o que significa que não precisamos de nada, nem de ninguém. É o contrário da irrelevância. Tal como as críticas sobre falta de transparência, quando é certo que a Comissão Executiva levou ao Conselho Nacional a relação de todos os funcionários e das grelhas salariais aplicadas. A transparência é apresentada onde deve ser, no Conselho Nacional, onde estão todas as sensibilidades da IL. Quando dizemos que devemos combater o populismo fora do partido, devemos também combatê-lo dentro.

O que realça no trabalho do grupo parlamentar da IL no início desta legislatura?

Desde logo, a continuidade das políticas, medidas e visão da IL em matéria económica e fiscal. Continuou a defender uma visão de sociedade em que o crescimento económico é determinante para resolver, ou começar a resolver, a generalidade dos problemas que enfrentamos em Portugal. E a questão da Segurança Social, que ganhou atualidade. Não há sistema, seja o que temos hoje, seja outro que a IL defende, que resista à estagnação, a anos e anos de fraco crescimento económico. Somos o único partido que faz a defesa intransigente de que precisamos de menos Estado, de um Estado

continua na página seguinte »